

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E MEIO AMBIENTE - CACIMA

Parecer nº 01 de 02 de dezembro de 2019.

Projeto de lei nº 081/2019 de 30 de setembro de 2019.

Trata-se de avaliar e emitir parecer acerca do Projeto de Lei nº 081/2019, que trata da Lei Orçamentária Anual - LOA - de autoria do Poder Executivo.

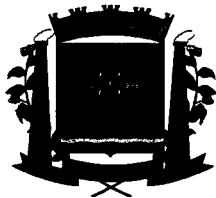
Fazendo uma análise sobre a matéria, o artigo 225 da Constituição Federal relata:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

O processo de elaboração do orçamento para 2020 observou os princípios que produziram efeito a partir da discussão do orçamento, portanto em obediência aos ditames da Lei Orgânica Municipal abaixo discriminados, o executivo indicou R\$ 34.733.769,93 (trinta e quatro milhões, setecentos e trinta e três mil, setecentos e sessenta e nove reais e noventa e três centavos) para a Secretaria Municipal do Ambiente e Mobilidade Urbana, sendo distribuídos para os seguintes setores: Divisão de Agricultura e Meio Ambiente R\$ 2.425.480,00, Divisão de Fiscalização Obras e Posturas R\$ 760.400,00, Divisão de Serviços Urbanos R\$ 19.489.839,93, Divisão de Transito e Transporte Público R\$ 1.284.350,00.

A proposição se adequa às disposições legais inseridas no texto da Lei Orgânica Municipal, conforme os artigos 333 parágrafo único, 334, 337, 338 e 343.

“Art. 333 O fomento agrário será feito mediante programa a ser definido em lei, ouvindo-se antes a comunidade através de seus órgãos de classe, lideranças do setor, técnicos da área e outras instituições ligadas ao meio rural. Parágrafo Único. A



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

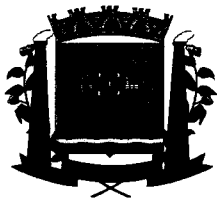
execução dos programas poderá ficar a cargo de secretaria municipal específica, a ser criada em lei, ou mediante convênio celebrado entre o Município e outras instituições.”

“Art. 334 O Município adotará programas de desenvolvimento rural destinados a fomentar a produção agropecuária, sem agressão ao meio ambiente, respeitando sempre o equilíbrio ecológico da região, organizando o abastecimento alimentar, visando promover o bem-estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo.”

“Art. 337 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.”

“Art. 338 O Município deverá autuar mediante planejamento das atividades públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alterações significativas no meio ambiente.”

“Art. 343 Incumbe, também, ao Poder Público, instituir, em caráter permanente, a “Comissão de Planejamento Ambiental e Defesa do Direito à Qualidade de Vida do Município de Ubá”, com participação partidária de entidades ambientalistas e outras associações da sociedade civil, que se encarregará da preservação e restauração do meio ambiente, incluindo o estabelecimento de normas regulamentares e técnicas, padrões e demais medidas de caráter operacional para a proteção do meio ambiente e controle da utilização racional dos recursos ambientais, proporcionando-lhe o suporte técnico e operacional necessário ao cumprimento de sua finalidade.”



Câmara Municipal de Ubá

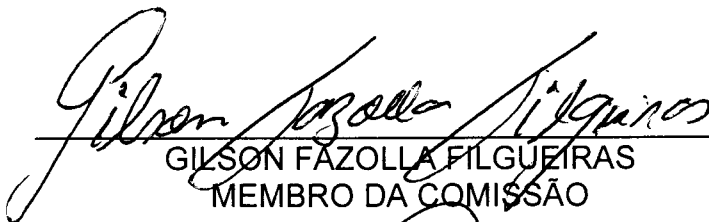
ESTADO DE MINAS GERAIS

Deste modo, verifica-se que a matéria está adequada, portanto, esta comissão manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 081/2019.


Ubá, 02 de dezembro de 2019.



JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS
PRESIDENTE DA COMISSÃO



GILSON FÁZOLLA FILGUEIRAS
MEMBRO DA COMISSÃO



EDEIR PACHECO DA COSTA
MEMBRO DA COMISSÃO